

# Reforma de 1971 tornou ensino técnico obrigatório

Lei criada pelo governo militar instituiu a profissionalização compulsória no 2º grau. Porém, sem condições de ser implementado, o modelo acabou revogado pelo próprio regime uma década depois

Tatiana Beltrão

NO MÊS PASSADO, o Senado aprovou e a Presidência da República sancionou uma reforma no ensino médio que amplia a carga horária dos alunos e permite que eles próprios escolham uma parte das disciplinas que vão cursar.

Não é a primeira vez que o ensino médio é reformulado. Há 46 anos, o país viveu um processo semelhante. Em 1971, o governo militar instituiu a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, depois de tramitação sumária no Congresso. A Lei 5.692 mudou a organização do ensino no Brasil.

Numa alteração radical, o 2º grau passou a ter como principal objetivo a profissionalização. Em curto e médio prazos, todas as escolas públicas e privadas desse nível deveriam tornar-se profissionalizantes. Elas teriam que escolher os cursos que ofereceriam, dentre mais de 100 habilitações, que incluíam formações variadas como auxiliar de escritório ou de enfermagem e técnico em edificações, contabilidade ou agropecuária. O aluno receberia ao fim do 2º grau um certificado de habilitação profissional. Os governos estaduais teriam que implementar as medidas.

A formação geral, antes oferecida por meio do secundário (que podia ser clássico ou científico), perderia espaço.

## Milagre brasileiro

A necessidade de mão de obra foi o argumento do governo de Emílio Médici ao convocar uma reforma do ensino. O Brasil vivia o milagre econômico, com industrialização acelerada e expectativa de crescimento. O país precisava de trabalhadores, sustentava o presidente.

Em 1970, o governo nomeou nove especialistas para elaborar a reforma. O anteprojeto ficou pronto em dois meses. Em junho de 1971, chegou ao Congresso.

A reforma proposta implicava “abandonar o ensino verbalístico e acadêmico para partir, vigorosamente, para um sistema educativo de 1º e 2º grau voltado às necessidades do desenvolvimento”, dizia a mensagem do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, enviada com o projeto que daria origem à Lei 5.692.

O ministro — senador licenciado — também afirmava que a reforma possibilitaria o abandono do ensino “meramente propedêutico” (preparatório para o ensino superior) para dar terminalidade à escola de 2º grau, formando “os técnicos de nível médio de que têm fome a empresa privada e a pública”.

A terminalidade a que se referia o ministro significava que o aluno, ao se qualificar como técnico ou auxiliar, poderia dar por encerrados os estudos e entrar no mercado de trabalho.

Para o professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Luiz Antônio Cunha, a terminalidade era o principal objetivo do governo. Mais do que atender supostas necessidades do mercado, o que o regime militar queria era reduzir a demanda por vagas no ensino superior, sustenta Cunha, autor de obras sobre ensino técnico-profissional. Na época, conta ele, o governo era pressionado pelos chamados excedentes — estudantes que eram aprovados no vestibular, mas não conseguiam entrar na universidade (explica-se: o vestibular não era classificatório; todos que obtivessem uma determinada nota poderiam, em tese, ingressar na faculdade).

— Os governos que sucederam o golpe de 1964 tinham como tônica a redução dos gastos governamentais com ensino. Para isso era necessário reduzir a demanda de ensino superior, que crescia de forma intensa. O instrumento foi a profissionalização universal e compulsória de

todo o 2º grau. A necessidade de mão de obra não foi a motivação, isso era ilusório — sustenta.

## Tramitação rápida

A aprovação no Congresso foi rápida, sem espaço para debate nem dentro nem fora do Parlamento. O país vivia o período mais duro do regime, e o Legislativo, que havia sido fechado pelo AI-5 em 1968 e reaberto apenas no ano seguinte, estava ceifado por cassações de mandatos.

O Projeto de Lei 9/1971 chegou ao Congresso em regime de urgência. Em 40 dias, foi analisado por uma comissão mista (que tinha 18 parlamentares da Arena, do partido do governo, e apenas 4 do MDB, do partido da oposição) e encaminhado para votação em sessão conjunta do Senado e da Câmara. A discussão e a votação no Plenário do Congresso Nacional ocorreram em um único dia, em julho de 1971.

Os poucos deputados e senadores que se manifestaram em Plenário apoiaram a proposta, mostram documentos guardados no Arquivo do Senado.

— Tornam-se inadiáveis medidas concretas para acelerar o preparo do povo brasileiro. O país precisa de mão de obra de melhor qualidade e maior quantidade, no menor tempo possível — disse o deputado Fleixa Ribeiro (Arena-RJ), primo do atual senador de mesmo nome.

O relator do projeto foi o deputado Aderbal Jurema (Arena-PE), que havia integrado o grupo de especialistas responsável pela elaboração da reforma, em 1970. Aos colegas, o relator ressaltou que a proposta daria ao ensino médio “uma finalidade própria”:

— Não podíamos continuar de braços cruzados diante de um ensino que não preparava o aluno para se tornar um instrumento válido, frente à carência de recursos humanos.

O deputado Cantídio Sampaio (Arena-SP) frisou que os estudantes que terminavam o curso secundário (o curso científico ou o clássico, ambos de formação geral) “estavam praticamente inabilitados para a vida, porque não tinham uma profissão”.

Nem mesmo a oposição ousou confrontar a reforma. O deputado Laerte Vieira (MDB-SC) apenas ponderou que a implementação do profissionalizante não seria fácil. Ele disse que o relator sabia que não havia corpo docente para transformar o país “de uma hora para outra”, ministrando ensino técnico. “Com que estrutura?”, questionou:

— Reconhecemos, nós da oposição, que as intenções do governo são válidas. Mas



Laboratório de escola estadual em Curitiba, nos anos 1970: cursos profissionalizantes exigiam investimento em infraestrutura

não queira Vossa Excelência convencer a todos nós e aos brasileiros que com este projeto estão dando, de imediato, habilitação profissional àqueles que concluem o curso — pontuou o deputado, pedindo desculpas pela intervenção e frisando que, apesar das ressalvas, o texto teria “aprovação pacífica”.

## Emendas

Na tramitação do projeto no Congresso, mais de 300 emendas foram apresentadas. A maioria, porém, era inócua, avalia o educador Dermeval Saviani, especialista em história da educação. Nenhuma contestava os princípios da reforma; muitas, ao contrário, buscavam deixar ainda mais explícitos os objetivos do governo, diz Saviani, que estudou a atuação do Parlamento nas reformas educacionais.

Um exemplo é a emenda que reforçou a obrigatoriedade da profissionalização no 2º grau. O texto enviado ao Congresso determinava que a parte de formação especial, que deveria ser predominante no currículo do 2º grau, seria destinada à habilitação profissional ou “ao aprofundamento em determinadas ordens de estudos gerais”. Vários parlamentares apresentaram emendas para excluir essa abertura à formação geral. Uma delas, do deputado Bezerra de Mello (Arena-SP), foi aceita. O projeto passou a determinar que o objetivo da formação no 2º grau seria unicamente a habilitação profissional. Só excepcionalmente o currículo poderia voltar-se ao “aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais”.

O deputado justificou: “É

necessário fechar de uma vez por todas a porta das escolas ao ensino verbalístico e acadêmico, que não forma nem para o trabalho nem para a vida. A alternativa ‘ou aprofundamento de estudos gerais’ seria a grande brecha por onde resvalariam as escolas e os sistemas avessos à formação profissional do jovem”.

Em 1982, de volta ao Congresso como senador, Passarinho tentou minimizar a responsabilidade do governo militar pela fracassada reforma do ensino médio e jogou a culpa sobre o Parlamento. Ele disse em Plenário que a profissionalização obrigatória no 2º grau havia surgido por imposição dos parlamentares, e não do governo. Passarinho lembrou que foi uma emenda apresentada por um deputado que alterou o texto original nesse sentido.

Saviani, no entanto, contesta a tentativa do ministro de atribuir a mudança ao Congresso.

— O espírito [do projeto do governo] era esse mesmo, de profissionalização obrigatória, compulsória. Quando o relator acolheu a emenda, foi porque entendeu que ela correspondia ao espírito do projeto original. Dizer que a responsabilidade foi do Parlamento é desconversar, porque o Parlamento estava subordinado ao governo.

Outro argumento utilizado pelo governo militar para defender o novo ensino médio era a necessidade de romper com o conceito de que o ensino técnico era para os filhos dos pobres e que a universidade era para os filhos dos ricos. O que ocorreu foi que os estudantes com melhor nível financeiro encontraram escolas particulares que burlaram

a exigência do ensino técnico e continuaram se dedicando à formação geral, que preparava para o vestibular.

## Problemas

Os jornais comemoraram a sanção da Lei 5.692, em agosto de 1971. O ensino médio “objetivo e profissional” marcaria “o despertar de um Brasil novo”, diziam alguns editoriais. Um ano depois, porém, já apareciam críticas à reforma, mostrando as dificuldades das escolas e dos governos na implantação do ensino profissionalizante.

Em novembro de 1972, o *Jornal do Brasil* deu voz a secretários estaduais de Educação que se queixavam da falta de recursos. “As despesas exigidas pelas mudanças tornaram a situação mais difícil e mesmo as injeções de verbas feitas pelo MEC não são suficientes para amenizar o déficit”, dizia a reportagem, citando a falta de professores e lembrando que muitas escolas



Alunos do Senac em Belém: cursos de datilografia eram frequentes nas escolas

A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira do mês. Acesse <http://bit.ly/arquivo5>

## Escola oferecia aulas de marcenaria e datilografia

Em 1972, o *Jornal do Brasil* acompanhou o início das aulas em uma das escolas públicas do Rio de Janeiro pelo governo como pilotos na implantação da reforma do ensino. “Ensinar para a vida é um dos lemas da Gonzaga da Gama, por isso o forte do colégio são as oficinas”, dizia reportagem, informando que os alunos aprendiam a datilografar e a fazer um “bem torneado pé de mesa”.

A escola era conhecida pela qualidade do corpo docente e também de suas oficinas.

— O colégio despertou minha curiosidade para a área profissional. Tínhamos ótimos professores, didática pioneira, oficinas bem montadas — conta Hélio de Mattos Alves, aluno da escola de 1970 a 1973.

Hélio praticou marcenaria, metalurgia e artesanato em couro. Filho de operário, aos 15 anos começou a trabalhar em uma fábrica de luvas, usando o que aprendera na escola.

A qualidade, porém, não era regra na rede pública. Depois

— Dizia-se que a escola estava defasada e deveria se articular para atender as demandas do mercado de trabalho. Acontece que escola não é agência de treinamento profissional para empresas. Escola é instituição de formação dos seres humanos, de acesso à cultura letrada.

## Desorganização

Ao falar à imprensa no fim de 1971, fazendo um balanço do ano, Jarbas Passarinho vaticinou: — A reforma do ensino marcará profundamente a educação brasileira. Ela é de tal profundidade que, como um enorme êxito ou como um enorme fracasso, não deixará de marcar.

Para o professor Luiz Antônio Cunha, não há dúvida.

— Foi um enorme fracasso, porque disso não resultou absolutamente nada, a não ser desorganização escolar no ensino médio, cujos resultados negativos estão presentes até hoje. Se de repente todo o ensino de 2º grau é obrigado a se enquadrar em determinada forma compulsoriamente, algumas escolas até conseguem, outras menos, mas a falsificação vira tônica. O que tivemos de ensino falsamente profissional é algo de arrearpiar.

Uma das integrantes do grupo de trabalho que elaborou a reforma em 1970, a professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Magda Soares explica que a proposta dos especialistas era a de que uma base de estudos gerais prepararia os jovens que o desejassem para o ensino superior, ao mesmo



Em 1972, o *Jornal do Brasil* acompanhou as aulas em escola-piloto da reforma

do Gonzaga da Gama, Hélio estudou em outra escola, onde os alunos se formavam técnicos em química.

— O curso era péssimo. Nem laboratório havia — lembra.

A formação geral também era falha. Por isso, o jovem, que queria fazer universidade, foi para um colégio particular, que preparava para o vestibular. Formou-se em farmácia e hoje é professor na UFRJ.



Hélio de Mattos em 1973, em foto feita no Colégio Gonzaga da Gama

tempo em que uma habilitação de nível médio já lhes possibilitaria uma ocupação, o que beneficiaria sobretudo os mais pobres. Mas isso “foi um sonho que não se realizou”, diz:

— Educadores que éramos, não nos demos conta de que a realidade se impõe ao desejável. A profissionalização requeria as redes públicas e das escolas uma reformulação que exigia mudanças pedagógicas, de infraestrutura, de qualificação de professores... Mudanças radicais e mesmo quase impossíveis, por questões de financiamento, de contratação de novos professores, construção de laboratórios e oficinas. Não foi viável — diz ela.

O professor Remi Castioni, da Universidade de Brasília (UnB), diz que a falta de preparação das redes de ensino para a efetivação das mudanças não foi exclusiva da reforma de 1971:

— Tivemos várias tentativas de mudar o ensino médio, mas todas tiveram a mesma dificuldade: a falta de preparo das pessoas que colocariam essas políticas em prática. A implementação é o fator definidor do sucesso de qualquer política educacional.

A reforma educacional de 1971 também mexeu na organização das escolas. Até então, a educação básica era dividida em primário (com quatro anos de duração) e ensino médio (composto por ginásio e colegial, com oito ou nove anos). Foi com a reforma que se criaram o 1º e o 2º grau. O 1º grau uniu o primário e o ginásio, somando oito anos. O 2º grau ficou com três anos.

Em relação ao 1º grau, porém, a reforma de 1971 foi positiva. De acordo com especialistas, ela trouxe avanços, como a expansão do ensino obrigatório de quatro para oito anos e o fim do exame de admissão que o concluinte do primário precisava fazer para continuar os estudos — e que barrava muitos alunos.

## Flexibilização

Em meio às críticas à profissionalização compulsória, a ditadura permitiu flexibilizações na Lei 5.692 ao longo dos anos. Por fim, em 1982, o Congresso recebeu do governo militar o projeto que extinguiria a exigência de habilitação profissional.

O relator da proposta, deputado Rômulo Galvão (PDS-BA), explicou em Plenário por que era preciso acabar com o profissionalizante obrigatório. Disse que, nos dez anos de vigência da lei, se detectaram “inarrredáveis dificuldades” em sua implantação. Também afirmou que os próprios educadores começavam a indagar se seria pedagogicamente aceitável impor ao jovem uma tomada de decisão precoce sobre seu futuro profissional.

O projeto foi aprovado. Em outubro, o último presidente do regime militar, João Baptista Figueiredo, sancionou a Lei 7.044/1982, que extinguiu o caráter obrigatório da profissionalização. A ideia acabaria sepultada pela própria ditadura que a concebeu.

Veja vídeo da Agência Senado: <http://bit.ly/Reforma1971>



Em 1977, o presidente Ernesto Geisel inaugura escola do Senai em Taubaté (SP)